

MOVIMENTOS SOCIAIS



O resultado das mobilizações dos movimentos sociais é um processo de acumulação de forças. Tudo indica que o povo aguarda pacientemente as eleições para manifestar a sua insatisfação sobre a conjuntura brasileira.

Iniciativas organizadas se sustentam desde 2016

Desde o golpe em 2016, há uma justa ponderação de diversos analistas em torno da questão da reação popular. É fato que o povo pobre paga caro por ele e não se vê uma tomada massiva em mobilizações espontâneas contra o golpe e os golpistas. O que se enxerga no cotidiano dos movimentos sociais são as iniciativas organizadas, que não cessaram desde o lançamento da Frente Brasil Popular, ainda antes da queda da presidenta Dilma Rousseff, e se sustentam até os dias atuais.

Quando a história desse período for contada em fotografias de plano aberto, com possibilidade de algum distanciamento, poderemos tratar esse momento como uma etapa de grande reação nacional, em que o povo esperou as urnas para efetivar a sua insatisfação.

O processo democrático brasileiro padece de vícios estruturais que inviabilizam uma relação direta entre manifestação e resultados práticos. O único resultado prático que está objetivamente nas mãos do povo é o processo eleitoral, pelo menos por enquanto. O comportamento dos agentes públicos imbuídos do poder de força e coerção, como as polícias e o Poder Judiciário se resume ao exercício da autoridade e à reprodução da exclusão e de preconceitos.

Os agentes públicos imbuídos do poder de legislação

e execução na maioria dos casos atendem a interesses de minorias que dominam a elite do atraso. Resta, portanto, aos movimentos sociais organizados, o permanente estado de mobilização, com a intenção de chamar a atenção para a gravidade da situação atual. E isso não é pouca coisa.

Tomemos como exemplo a negociação coletiva dos trabalhadores bancários em 2018. Primeiro, é essencial lembrar que essa categoria é a única que sustenta uma negociação nacional com um setor patronal multi-empresas. É fato que a oligopolização dos bancos facilita esse processo, mas manter um processo de décadas de negociação centralizada, com igualdade de direitos para os trabalhadores em todo o território brasileiro, é algo digno de nota tendo em vista o enorme cenário de fragmentação política que vive o Brasil.

Em meio ao processo do golpe de 2016, os bancários viveram a experiência da primeira convenção coletiva nacional com validade de dois anos. Esse elemento foi central para dar alguma segurança jurídica a essa categoria mesmo depois da nefasta Reforma Trabalhista. Além de dar segurança jurídica, garantiu aos sindicatos combativos a possibilidade de ter um ano de mobilização intensa contra a retirada de direitos, como foi o caso da greve geral de abril de 2017.

A mirada fragmentada desse processo poderia nos dar

a sensação de um esforço inócuo. Olhar para cada mobilização de forma separada é um equívoco. Isso porque, nesse período de dois anos, a categoria bancária acumulou uma força nacional que, combinada com a conjuntura, proporcionou uma das melhores propostas de convenção coletiva nos últimos anos.

A proposta dos banqueiros é de 5% de aumento para esse ano, garantia de todos os direitos da convenção coletiva (o que significa que os bancos abriram mão de aplicar a Reforma Trabalhista em quase todos os aspectos) e ainda a apresentação de uma solução para o financiamento sindical, de forma pactuada e aprovada pela categoria.

Segundo o Dieese, 78% das negociações em 2018 tiveram aumento real. Dessas, a média de aumento real foi de 0,94%. No caso dos bancários, o aumento real para 2018 representa 1,18%, o que significa um acordo nacional 25% acima da média dos acordos nesse ano.

Ainda, a manutenção de direitos apresenta uma derrota da Reforma Trabalhista para a categoria. Essa proposta, vinda dos bancos, inclusive dos bancos públicos, significa muito para a conjuntura.

É de se ressaltar que o governo golpista pressionou muito os bancos públicos a não aceitarem esse resultado. Mas a avaliação do mercado financeiro acabou prevalecendo, e Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal se integraram na proposta. Tudo isso sem a ocorrência de greves nos bancos nesse ano. O que significa uma avaliação dos maiores players do setor financeiro do Brasil que resulta em um esforço de proposta acima da média nacional sem a ocorrência de greves?

São duas as possíveis respostas dessa pergunta. Primeiro que a mobilização constante da categoria bancária adiantou, e muito. E segundo que há uma leitura de conjuntura do setor financeiro diferente da que presenciamos nos últimos dois anos.

Uma conjectura sobre essa avaliação de cenário dos bancos até seria possível. Mas a premissa de que há uma mudança de comportamento é suficiente para entendermos um pouco melhor o atual momento.

Um outro elemento digno de destaque é a heróica greve de fome dos representantes dos movimentos sociais em Brasília. Jaime Amorim, Frei Sérgio Gorgen, Zonália Santos, Rafaela Alves, Luiz Gonzaga Silva (Gegê), Vilmar Pacífico e Leonardo Soares passaram 26

dias sem comer. Prudentemente, a greve foi encerrada sem que algo mais grave ocorresse aos manifestantes. Mas é impossível compreendermos que essa drástica solução de denúncia tenha ficado incólume.

A greve era pela libertação imediata do ex-presidente Lula. Era uma pressão direcionada ao STF, que se nega a julgar a questão da execução de pena após a condenação em segunda instância. Nesse mesmo período de greve, foi aprovado um reajuste irresponsável aos super-salários do Poder Judiciário; a presidenta do STF, Carmem Lúcia, esteve ocupada gravando vídeos felizes cantando junto com a Procuradora Geral da República e a cantora Alcione; e o Comitê de Direitos Humanos da ONU determinou que se garantissem os direitos políticos de Lula. Essa decisão foi fragorosamente ignorada pelo Judiciário brasileiro.

Essas questões não passam incólumes pela opinião pública. Enquanto o setor financeiro entendeu por um recuo diante da conjuntura, o comando do poder judiciário se recusa a reavaliar politicamente sua postura elitista e anti-povo. Da mesma forma, a grande mídia continua se comportando como um abutre que ataca o que restou da democracia.

Não é por acaso que nesse processo o PT e Lula crescem no prestígio da opinião pública. O povo brasileiro não é dado a uma cultura permanente de mobilização social. Foram raros os momentos históricos permeados por uma grande comoção. Mas desde 2002, as urnas se tornaram um instrumento importante de clamor popular. Os dados das pesquisas apontam de fato para um claríssimo recado do povo, que ainda deve ser o soberano do processo eleitoral.

A grande imprensa trata como natural o cometimento do terceiro crime de lesa-pátria contra a democracia brasileira desde 2016. Tratou como natural o golpe contra Dilma, tratou como natural a criminosa prisão de Lula e agora reage da mesma forma à tentativa de uma abusiva inelegibilidade.

É preciso que se sustente incansavelmente a denúncia da situação absurda que vive o Brasil. Essa sustentação já gerou clamor internacional e muito provavelmente deve gerar um clamor que afetará o resultado eleitoral. Resta saber se eles ainda terão coragem de dar outro golpe com uma clara sustentação social em movimento contrário.